



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**REQUERIMENTO Nº _____, de 2011
(do Sr. Roberto Santiago)**

*Requer a realização do Seminário:
Propostas para um Sistema Financeiro
Cidadão.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do *caput* do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do *Seminário: Propostas para um Sistema Financeiro Cidadão.*, para o qual serão convidados os Presidentes da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, de representante do Banco Central, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça, do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - Sinal, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Pro Teste, além do Procurador do Ministério Público do Consumidor .

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil atravessa uma fase de grande desenvolvimento e a disponibilidade de crédito para a população torna-se vital ao processo do crescimento econômico.

O Sistema Financeiro Brasileiro é um dos mais competitivos e lucrativos, no entanto habitualmente ocupa o ranking de reclamações do Sistema de Defesa do Consumidor – Sindec, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e dos Procons. É corrente e tem avançado a democratização do crédito e dos serviços financeiros por parte dos bancos, assunto que inclusive já foi priorizado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos. A verdade é que esta inclusão dos consumidores, pertencentes principalmente às classes C e D, não é feita com a garantia e clareza da informação, como garante o artigo 5º do Código de Defesa do Consumidor. Os bancos são um dos setores da economia onde os consumidores enfrentam mais problemas para ter seus direitos respeitados. Em primeiro lugar, pela complexidade dos serviços; em segundo, pela desinformação; e em terceiro, pelo imenso poder econômico das empresas do setor.

O desrespeito aos usuários do sistema financeiro é flagrante: nos altos preços das tarifas e juros, no tempo nas filas, na discriminação aos cidadãos de menor poder aquisitivo, pela insegurança nas agências e pela exposição de dados pessoais a estranhos, via terceirização dos serviços. Outras reclamações correntes, segundo dados do Sindec, são as cobranças indevidas, o não recebimento de cópia dos contratos firmados, os custos abusivos dos contratos e o desconto de serviços não consumidos.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Outro importante aspecto a ser levantado diz respeito à figura dos ditos “pastinhas”, que atuam intermediando contratos bancários, em especial os dos créditos consignados. Tais correspondentes repassam, para cada operação de créditos, os custos administrativos elevando as taxas efetivas e lesando consumidores.

Ao assumir a presidência da Comissão de Defesa do Consumidor, recebi o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sinal, que em 29 e 30 de abril de 2010 realizou um seminário juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, com o objetivo de discutir a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal sob a ótica do cidadão. Tal encontro resultou na publicação do livro *A regulamentação do artigo 192: Desenvolvimento e Cidadania*, que condensou algumas propostas, entre as quais a criação do agente comunitário de microfinanças e microsseguros e a participação popular no Conselho de Monetário Nacional, CMN.

Também a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Pro Teste encaminhou a esta Comissão um ofício solicitando Audiência Pública para tratar da inclusão financeira que vem sendo implementada pelo Governo Federal. No documento, a Pro Teste externou a necessidade de buscarmos instrumentos que permitam que a inclusão financeira ocorra com maior transparência e educação financeira de seus consumidores, a fim de diminuir a inadimplência e o número de reclamações e conflitos decorrentes do mal uso dos serviços financeiros.

Para tanto, proponho a realização do *Seminário: Propostas para um Sistema Financeiro Cidadão*, composto por uma mesa com as autoridades no assunto acima elencadas, seguida de debate entre os parlamentares e demais convidados.

Espero, com a realização desse evento, que este órgão Técnico contribua com a detecção dos principais problemas enfrentados pelos consumidores, buscando-se com isso, munir esta Comissão e as demais entidades que se debruçam sobre as questões conflitantes das relações consumeristas – de informações que possam aprimorar a observância e ampliação, no que for cabível, do Código de Defesa do Consumidor, construindo propostas para minorar os problemas que o cidadão vem enfrentando no seu dia-a-dia.

Pelo exposto, conto com a compreensão e apoio dos meus pares para aprovação da presente proposição.

Sala da Comissão, em 11 de abril de 2011.

Deputado ROBERTO SANTIAGO